

CONGRESSO CIP
INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA
CIP, ANTÓNIO SARAIVA

PORTUGAL:
CRESCIMENTO OU ESTAGNAÇÃO?
A RESPOSTA ESTÁ NAS EMPRESAS!

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL
22 DE OUTUBRO 2019

Sua Excelência
Senhor Presidente da República,
Senhores Embaixadores,
Caros Parceiros Sociais,
Exmos. Convidados,
Caros congressistas,

Chegados ao final deste Congresso onde mais uma vez afirmámos a vitalidade do movimento associativo empresarial, quero começar por agradecer a todos os oradores e aos Patrocinadores, em especial à Câmara Municipal de Cascais e ao Banco BEM, pelo inestimável contributo que emprestaram ao sucesso alcançado.

Quero ainda agradecer a Sua Excelência o Presidente da República que mais uma vez nos deu a honra de encerrar o Congresso da CIP.

Num momento de redefinição do quadro político que rege o País e a economia nacional, as nossas esperanças repousam no desejo que **o poder executivo perceba, reconheça e apoie, a importância que as empresas desempenham no desenvolvimento de Portugal.**

Minhas senhoras, e meus senhores,

Crescimento ou estagnação?

No final deste Congresso, que respostas obtivemos? Que resposta têm as empresas a esta pergunta que nos inquieta, quer a nós empresários, quer a todos os portugueses?

Se olharmos para o passado, a resposta não será animadora.

O estudo “Crescimento da Economia Portuguesa”, que nos foi aqui apresentado pela mão dos seus autores e pelos nossos parceiros da Missão Crescimento, diz-nos que, no século XXI, a economia portuguesa estagnou com uma taxa de crescimento média de 0,5% ao ano.

Os portugueses viram o seu nível de vida baixar em termos relativos.

De entre os “países da convergência”, das décadas de 1980 e 1990, só a Grécia apresenta pior desempenho.

Mas não estamos aqui para olhar para o passado!

O futuro que queremos construir depende menos de tendências passadas e mais do que hoje formos capazes de fazer para alterar essas tendências.

No entanto, o passado ensina-nos algo que não podemos menosprezar: **que se continuarmos no mesmo rumo, não podemos esperar melhores resultados.**

Se olharmos para as projeções macroeconómicas, também não podemos ficar satisfeitos: as mesmas apontam para uma tendência de abrandamento da atividade económica que nos conduzirá, senão à estagnação, a um crescimento anémico, **muito longe do que é a nossa ambição!**

Não deixemos, pois, às previsões sombrias dos analistas económicos a resposta à pergunta “crescimento ou estagnação”?

No passado recente, **foram as empresas que, exportando, criando emprego, investindo, tornaram possível a recuperação da crise.**

Crise a que nos conduziram os erros e omissões das políticas económicas levadas a cabo por sucessivos governos.

Será na aposta nas empresas que poderemos encontrar, agora, soluções para inverter o atual abrandamento económico e abrir perspetivas para um futuro mais próspero para Portugal.

Se as perspetivas são desfavoráveis, é altura de as contrariar, fazendo diferente, fazendo melhor!

Se olharmos para o mundo e para a Europa, deparamo-nos com riscos que escapam, em grande medida, ao nosso controlo e nos impelem a procurar nas nossas próprias forças uma resposta mais positiva, que nos faça encontrar um rumo promissor para o nosso país.

Mas, olhando para a Europa, apesar da fraqueza das grandes economias do centro, vemos também que há países que crescem a 3, 4 ou mesmo 5%, num processo de rápida convergência económica.

Entre eles está a Irlanda, o país europeu potencialmente mais vulnerável à deterioração do relacionamento com os Estados Unidos e ao Brexit, cujo PIB aumentou 5.8%.

Isto prova que é possível, mesmo em economias abertas, crescer de forma robusta num cenário externo desfavorável.

A referência para avaliar o desempenho da economia deve ser a medida das **nossas ambições, não a dos nossos temores.**

Também nós, Senhor Presidente da República, rejeitamos “*uma atitude mental passiva, vencida à partida, resignada a conter danos*”. Pelo contrário, recorrendo às suas palavras, acreditamos que “*o que temos de visar como objetivo é crescer e crescer mais*”, não nos satisfazendo com a aproximação à média europeia “*apenas porque as economias mais ricas pontualmente estão a crescer menos*”.

Minhas senhoras e meus senhores,

A resposta está nas empresas, individualmente, mas também coletivamente, através do associativismo.

Os desafios que se colocam às empresas refletem-se necessariamente no movimento associativo empresarial.

As empresas são cada vez mais exigentes, procuram mais retorno sobre o investimento realizado, e as associações têm de saber demonstrar o seu valor respondendo a essas exigências!

Por isso, dedicámos o dia de ontem e a primeira sessão desta manhã a uma reflexão sobre o associativismo, conscientes da necessidade de nos reinventarmos, procurando uma nova proposta de valor, um conjunto de soluções que prepare as associações para enfrentar o futuro com sucesso.

Minhas senhoras e meus senhores,

A mensagem deste Congresso foi a de que só apostando nas empresas poderemos abrir perspetivas para um futuro mais próspero para Portugal.

Um futuro de crescimento!

No entanto, precisamos de políticas públicas que criem melhores condições para a produtividade e para a competitividade.

Portugal não pode perder mais tempo. É tempo de ultrapassarmos constrangimentos ideológicos e rumarmos em conjunto e em definitivo para o crescimento de Portugal.

Antes das eleições, a CIP teve já oportunidade de definir e apresentar as suas propostas, dirigidas aos decisores que exercerão o poder político nos próximos quatro anos.

Atendendo aos desafios que identificámos, apresentamos as nossas propostas, estruturadas em três grandes eixos:

- **Pessoas** – finalidade e o mais importante fator de sucesso da economia;
- **Competitividade** – caminho para os nossos objetivos;
- **Sustentabilidade** – imperativo global que assumimos.

Concluimos que é fundamental pôr em marcha um exigente processo de reconversão da força de trabalho para enfrentar o desafio da transformação digital e tecnológica e assegurar a sua permanente adequação às necessidades do mercado do trabalho.

O estudo que aqui foi hoje apresentado, “O futuro do trabalho em Portugal: o imperativo da requalificação”, **fundamenta, confirma e aprofunda as nossas propostas**

e o nosso apelo ao estabelecimento de pactos de regime sobre os sistemas educativo e de formação profissional, orientando-os para a resposta às necessidades presentes e futuras da sociedade e das empresas.

Fomos agora mais longe, com a criação, do ReSkill Hub - Observatório Português de Requalificação Profissional. É esta a resposta operacional da CIP aos desafios e oportunidades criadas pelo processo de automação, facilitando e acelerando o encontro da procura e oferta de conhecimento especializado.

Assumimos a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar como fundamental para sustentar o modelo de organização socioeconómico prosseguido em qualquer sociedade moderna.

Sustentamos as nossas propostas neste domínio no estudo que promovemos, com a ACEGE, recorrendo à Nova School of Business and Economics.

Permitam-me que anuncie, aqui, outra iniciativa da CIP: em estreita parceria com a nossa congénere espanhola, vamos lançar em breve o **Projeto Promova**.

Trata-se de um Programa de Formação Executiva dirigido a mulheres, com uma componente de apoio personalizado ao desenvolvimento profissional, com o qual queremos promover uma maior presença feminina nas funções de liderança.

Acreditamos que também este é um objetivo ao serviço de um melhor desempenho das empresas.

No domínio da fiscalidade, a prioridade vai para o estímulo ao investimento, e, em especial, à capacidade de autofinanciamento do mesmo.

Para tal, uma medida eficaz seria **aprofundar o regime de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos**. Importa tornar este regime num instrumento eficaz de discriminação positiva de todas as empresas que investem baseando-se no autofinanciamento.

Continuamos, entretanto, a insistir na retoma do compromisso da redução da taxa de IRC e da **eliminação progressiva das derramas**.

Com o aumento da derrama estadual introduzida em 2018, e tendo em conta as reduções previstas em França, **Portugal passará, brevemente, a ter a taxa marginal máxima de IRC mais elevada de toda a União Europeia**.

Tal facto será defendido por aqueles que diabolizam o lucro como suposta causa da pobreza, **mas não é, certamente, o enquadramento fiscal adequado a um país que pretende atrair investimento**.

Propomos a correção dos aspetos mais gravosos da tributação sobre as empresas, nomeadamente as **tributações autónomas**, que são exemplo de complexidade e pervertem o princípio da tributação pelo lucro real.

Na linha dos trabalhos que vimos desenvolvendo há muitos anos, defendemos medidas tendentes à capitalização e financiamento das empresas portuguesas, por forma a ultrapassarem uma das suas principais fragilidades: a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo, num quadro de estruturas financeiras fragilizadas por elevados níveis de endividamento.

A promoção de um ambiente de negócios atrativo e estimulante é outro vetor essencial à competitividade, permitindo às empresas concentrarem os seus recursos na criação de valor e competirem em mercados cada vez mais exigentes.

Neste quadro, além da necessidade de diminuir custos administrativos e demais custos de contexto, surge como prioritária a promoção de uma **justiça económica célere e eficaz**.

Na área laboral, **defendemos, em sede de Concertação Social, a definição de critérios económicos, objetivos e quantificáveis, para a evolução necessária do salário mínimo nacional, e a regulamentação do exercício do direito à greve**, evitando que, através desta, se subjuguem outros direitos fundamentais.

Com as medidas que apresentamos no capítulo dedicado à sustentabilidade, procuramos ultrapassar a dicotomia entre ambiente e economia, com empresas ao mesmo tempo mais competitivas e ambientalmente mais responsáveis e com uma forte dinâmica económica sustentada por novas tendências de procura e pela evolução dos mercados.

Vimos hoje largamente confirmadas e fundamentadas, com a chancela da Universidade do Minho, as grandes linhas do que tem sido o diagnóstico e a estratégia da CIP para um novo modelo de desenvolvimento para Portugal. De facto, constatamos a grande sintonia entre muitas das nossas propostas e as recomendações do estudo aqui hoje apresentado, em torno dos quatro fatores determinantes do crescimento económico que o mesmo abordou:

- **Qualidade das instituições e governança;**
- **Progresso tecnológico;**
- **Investimento;**
- **Capital humano.**

Minhas senhoras e meus senhores,

É tempo de reformas! Portugal não pode esperar!

Reformas exigem equilíbrios que, estou certo, serão possíveis no quadro parlamentar que resulta das eleições do passado dia 6 de outubro.

Conto, para tal, com a **responsabilidade de todas as forças políticas**, conscientes que seguramente estão dos grandes desafios que irão condicionar o futuro de Portugal nos próximos anos.

Desafios que estão identificados e que, diria mesmo, que são consensuais:

- **Transformação digital e tecnológica;**
- **Demografia;**
- **Mercados globais;**
- **Endividamento;**
- **Sustentabilidade ambiental.**

Todos estes desafios estão profundamente relacionados com a produtividade das empresas, seja oferecendo oportunidades que, se corretamente exploradas potenciarão a sua evolução, seja como condição para que sejam enfrentados com sucesso.

Por isso, quando ouvimos que a prioridade política do Governo será o aumento dos rendimentos dos portugueses, não posso deixar de acrescentar que a produtividade é condição *sine qua non* do aumento de rendimentos a que os portugueses legitimamente aspiram.

Esta é, comprovadamente, a forma mais eficiente, diria mesmo a única forma eficaz, de combater o desemprego e a pobreza e de permitir o aumento sustentável dos salários.

É tempo de reformas!

Senhor Presidente da República,

contamos com a sua vontade de tudo fazer para que haja a estabilidade política necessária à prossecução dessas reformas.

Além da estabilidade política, e Vossa Excelência sabe-o bem, é também preciso que haja estabilidade social.

Relevo aqui a importância do papel da Concertação Social, cujos resultados têm sido justamente valorizados pelo Senhor Presidente da República. É esse o espaço a valorizar para que o diálogo social decorra com ambição e responsabilidade.

É minha convicção que a Concertação Social é, e dispõe de potencialidades para ser, ainda mais, um polo de entendimento onde temas verdadeiramente enquadradores da sociedade podem obter definição, visando a melhoria das condições de competitividade das empresas e a criação de mais e melhores empregos.

É tempo de reformas!

As empresas, através do seu movimento associativo, querem contribuir para essas reformas como agentes de mudança, em tempos em que é preciso voltar a sintonizar os agentes políticos com a sociedade.

Para isso, **é preciso que os partidos políticos, quer estejam no poder ou na oposição, deixem de se centrar nas suas questões internas e se abram ao diálogo e ao contributo da sociedade civil organizada**, onde o associativismo encontra a sua esfera de atuação. Portugal tem de optar entre estagnação continuada ou crescimento duradouro.

Este Congresso deu voz às empresas e ao seu movimento associativo.

A resposta está nas empresas. As empresas querem responder!

Estou certo que haverá vontade política para que as empresas possam responder, com todo o seu valor, com todo o potencial que encerram.

As empresas vão responder e o País vai voltar a crescer!

Obrigado!